



Crise energética na mídia. Representação de políticas públicas para a Amazônia e ação de grupos de pressão no governo FHC (2001-2002).¹

Thiago Almeida BARROS²

Universidade da Amazônia (Unama), Belém, PA

Resumo

Este trabalho faz uma análise de conteúdo do debate sobre a matriz energética hidrelétrica brasileira na mídia em um momento de crise no setor: 2001-2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando ocorreram o apagão e o racionamento e políticas públicas emergenciais foram incluídas no PPA. A partir do *corpus*, coletado de edições dos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo no período, identificamos os grupos de pressão e atores com maior ocorrência na esfera midiática e como eles legitimam o discurso de vocação da Amazônia para abrigar grandes hidrelétricas. Os grupos, ligados aos setores industrial e de construção civil, utilizam a mídia como mais uma das ferramentas para influenciar o comportamento da opinião pública e provocar reações do governo.³

Palavras-chave: Amazônia; políticas públicas; energia; grupos de pressão; mídia.

Introdução

A discussão sobre políticas públicas relacionadas à matriz energética brasileira na Amazônia merece destaque diante da classificação da região como fundamental para o governo federal desde a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, na década de 1980, no rio Tocantins, no Pará. Dentro de 15 anos, pelo menos 10 hidrelétricas poderão ser instaladas nas bacias Amazônica e do Araguaia/Tocantins, formando os principais polos de geração de um novo sistema interligado para transmissão de energia para as regiões Sul e Sudeste do Brasil (MME, 2007a; MME, 2007b). Os projetos para a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau (no rio Madeira, em Rondônia) e Belo Monte (no rio Xingu, no Pará) ganharam força no governo de Fernando Henrique Cardoso, tornaram-se obsessão de Lula (SEVÁ FILHO, 2005), seguem como

¹ Trabalho apresentado ao GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e mestre em Planejamento do Desenvolvimento do Trópico Úmido (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA da Universidade Federal do Pará - UFPA). Professor do curso de Comunicação Social – habilitação jornalismo da Universidade da Amazônia (Unama). E-mail: tbarros81@gmail.com.

³ Este trabalho apresenta resultados parciais da dissertação “Sentidos da matriz energética brasileira na mídia. Projetos hidrelétricos na Amazônia de FHC a Lula (2001-2002 e 2008-2009)”, apresentada ao NAEA-UFPA. A dissertação foi orientada pela professora doutora Nírvia Ravena.



fundamentais para o governo de Dilma Rousseff e reforçam a manutenção do paradigma de grandes projetos na Amazônia (BUARQUE, 2006; GARCIA, 2006; FEARNSSIDE, 2009; BERMANN, 2002).

Um ciclo de debates sobre a construção de novas grandes hidrelétricas na Amazônia pós-Tucuruí começou a ser apresentado parcialmente pela mídia em 1988, quando lideranças indígenas e pesquisadores brasileiros participaram, na Flórida (EUA), de simpósio sobre manejo de florestas tropicais e relataram que o Banco Mundial (BIRD) iria financiar um projeto de hidrelétricas no rio Xingu. No entanto, mais de 20 anos depois, a discussão sobre as reais necessidades de infraestrutura do País para sobre as características generalizantes da mídia (DUTRA, 2005; CHARAUDEAU, 2007) e das negociações entre grupos de pressão do capital e governos (BARROSO, 2000; SAMUELS, 2002).

A persistência governamental em construir estas hidrelétricas está baseada numa sólida estratégia de argumentos dentro da lógica e vantagens comparativas da matriz energética brasileira. Os rios da margem direita do Amazonas têm declividades propícias à geração de energia e se destacam pela posição em relação às frentes de expansão econômica da região central do Brasil.

Habermas (1999; 2003) atesta que a esfera pública onde ocorria a discussão qualificada sobre os temas comuns à sociedade foi corrompida no momento em que os conceitos de público e privado foram atrelados a simulacros e propaganda, com a mercantilização da mídia. Contudo, reforça o autor, os meios de comunicação de massa se mantiveram como a importante rede de comunicação de conteúdo, tomada de posições e opiniões sobre os problemas do sistema político. Hansen (1994) assevera que a investigação em comunicação contribui para uma melhor compreensão do vasto papel social representado pela mídia e para elucidar processos relacionados à comunicação na “fabricação” de um ambiente, como um problema das esferas pública e política e suas mudanças estruturais.

Diante disto, neste trabalho, analisamos o conteúdo jornalístico sobre a implementação de projetos hidrelétricos na região Amazônica, com destaque para as usinas de Santo Antônio e Jirau, já em construção, e de Belo Monte, a qual o canteiro de obras já começou a ser preparado. O *corpus* engloba os jornais impressos O Globo (Rio de Janeiro), Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo (ambos da capital paulista), os mais tradicionais e influentes do Brasil e que figuram entre as publicações com maior circulação em âmbito nacional. O *corpus* documental é restrito às edições dos jornais



nos anos de 2001 e 2002, período da crise do apagão e racionamento de energia, momento em que o presidente Fernando Henrique Cardoso intensificou a criação e implementação de projetos por meio do Plano Avança Brasil (2000-2003).

Assim, inferimos conteúdos latentes relacionados ao contexto estrutural e histórico deste trabalho e suas características como fenômeno social e midiático por meio de um conjunto de técnicas de análise, de acordo com Bardin (1977) e Bauer e Gaskell (2003). Escolhemos analisar produtos midiáticos de três dispositivos emissores pela possibilidade de aprofundamento das características apresentadas por eles como exemplo do tratamento dos temas voltados à matriz energética brasileira nos jornais impressos. Selecionar um *corpus* nestas circunstâncias, como assinala Dutra (2005, p. IX), nos compreender “não apenas o que estes dispositivos têm a dizer, mas, sobretudo, a partir de suas vinculações, chegar a um entendimento sobre como determinados conteúdos são produzidos e postos em circulação” e quais as relações de poder e de pauta de determinados assuntos na agenda pública pela agenda da mídia.

Neste contexto, consideramos como problema um dos desdobramentos da definição de política pública como um sistema. Easton (1964) reforça que políticas públicas “recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos” (SOUZA, 2006, p. 24). As asserções anteriores levam à consideração de que a mídia, na atualidade, é usada como ferramenta de poder, capaz de produzir sentidos, agendá-los, projetá-los e legitimá-los em busca de determinados fins. Conclusão similar à de Miller e Williams (1993, p. 139): “Não discordamos de que fontes poderosas desempenham um papel crucial na determinação do *output* dos mídia noticiosos”.

Diante destas colocações, neste trabalho, respondemos à seguinte pergunta: como as políticas públicas relacionadas à matriz energética brasileira e o comportamento de grupos políticos, econômicos e sociais são representados nos três principais jornais do País em um período de acirramento da crise energética?

Políticas públicas e comunicação

De acordo com Souza (2006, p. 24-28), não existe uma definição única sobre o que seja política pública: pode ser colocada como campo de estudo da política que analisa os governos por meio das grandes questões públicas; conjunto de ações governamentais que irão produzir efeitos específicos; decisões e escolhas tomadas pelos



governos; a questão “quem ganha o que, por quê e que diferença faz”; e ação governamental suscetível a diferentes formas de apoio e rejeição.

O ciclo da política pública (*policy cycle*), segundo Souza (2006, p. 29-30), é constituído por: definição da agenda, identificação de alternativas, avaliação de opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Esta tipologia reforça a definição de agenda (*agenda setting*) e

[...] pergunta por que algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são ignoradas. Algumas vertentes do ciclo da política pública focalizam mais os participantes do processo decisório, e outras, o processo de formulação da política pública.

Silva e Silva (2001, p. 42) também destaca a inclusão da mídia neste processo:

Como sujeito relevante do processo das políticas públicas, destaca-se ainda a mídia, assumindo papel no que se refere à visibilidade dos problemas sociais e permitindo um acompanhamento dos momentos, sobretudo da formação das políticas. A lógica que a mídia assume se altera conforme a lógica do sujeito que está apoiando.

Em um modelo de arenas sociais, uma política pública pode distinguir o que o governo pretende fazer e o que, realmente, faz. Essas ações envolvem vários níveis de decisões, com respectivos atores (SOUZA, 2006, p.32). Os decisores se organizam e agem de acordo com “regras e práticas socialmente construídas, conhecidas antecipadamente e aceitas” (MARCH; OLSEN, 1995, p. 28-29). Souza (2006, p. 39) reforça a contribuição do neo-institucionalismo nesta questão: “a luta pelo poder e por recursos entre grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas”. Arretche (2003, p. 149) destaca a necessidade de identificação de quais instituições, de fato, afetam comportamentos e decisões e quais mecanismos são utilizados.

Metodologia

Neste estudo, optamos pela análise de conteúdo como instrumento metodológico de observação e interpretação de aspectos sociais e conteúdos ideológicos de textos e imagens (BARDIN, 1977; BAUER; GASKEL, 2003) - ferramenta pela qual é possível a identificação da semântica do discurso e que pode mostrar marcas de uma estrutura de poder (BOURDIEU, 1989). Trabalhamos com o sentido de Barthes (BAUER; GASKELL, 2003, p. 44): “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar”. De acordo



com Berquó (1981), escolhemos uma amostragem do tipo não probabilística intencional. Assim, escolhemos a composição do campo amostral de acordo com os objetivos de nosso trabalho. Com a amostragem, delimitamos o nosso *corpus* aos textos referentes à matriz energética brasileira, o que garante a representatividade de um todo para a análise.

A análise envolve a metodologia quantitativa e a interpretação qualitativa, de acordo com Bardin (1977, p. 20-21). A análise quantitativa se considera pela frequência de determinados conteúdos no *corpus* e a qualitativa sobre a presença ou ausência de certos conteúdos. Segundo Bardin (1977, p. 38): “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”.

O *corpus* é formado por itens jornalísticos (reportagens, notas, artigos, editoriais, colunas e entrevistas) coletados em pesquisa no acervo de jornais diários da Biblioteca do Senado, em Brasília (DF). A coleta consistiu na leitura completa de todos os jornais e a identificação de itens que tratassem da matriz energética brasileira, utilizado como termo-chave: energia elétrica. Foram selecionados 1.943 itens jornalísticos dos três jornais em 2001. Em 2002, foram 357 itens. Na segunda etapa de seleção, reduzimos o *corpus* de acordo com o objeto do trabalho, com foco para a discussão das políticas públicas energéticas voltadas à região amazônica. Não adotamos especificamente um conceito ou definição como Amazônia Legal, o bioma Amazônia ou bacia hidrográfica. A sumarização abarcou os três contextos e agregou a eles palavras-chaves relacionadas a estados, cidades, grandes projetos, hidrelétricas de São Francisco, Jirau e Belo Monte e linhas de transmissão. Após este procedimento, o *corpus* foi reduzido para 134 itens jornalísticos em 2001. Em 2002, o número de itens foi de 69. É importante destacar que o material não incorporado ao *corpus*, mas devidamente analisado, teve papel fundamental para a visualização do contexto geral de onde foi feito o recorte “Amazônia”.

Na análise de conteúdo do *corpus* fizemos, primeiramente, uma divisão quantitativa da ocorrência de instituições citadas e de atores com lugar de fala – com direito a declarações diretas e indiretas. Em seguida, elaboramos uma nova divisão quantitativa, ordenando as ocorrências por ano e jornais, de acordo com áreas de afinidade: 1) iniciativa privada - composta por instituições dos setores econômicos primário, secundário e terciário e suas associações representativas; 2) poderes Executivo



e Legislativo - formada por instituições a nível federal, estadual e municipal e outras ligadas diretamente ao poder público; 3) instituições de pesquisa – que reúne o meio acadêmico, organizações ligadas a universidades, pesquisadores autônomos e instituições de pesquisa que não sejam ONG; e 4) Sociedade civil organizada – composta por ONGS e outras organizações representativas de variados campos; e 5) Poder Legislativo – formado por instituições responsáveis por vigiar a atuação das demais esferas do poder público (detalhes nas tabelas 1 e 2).

OCORRÊNCIAS DE ITENS JORNALÍSTICOS DIVIDIDOS POR ÁREA (2001)						
INSTITUIÇÕES						
JORNAL	INICIATIVA PRIVADA	PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER JUDICIÁRIO	TOTAL ITENS
O GLOBO	8 (17,02%)	35 (74,46%)	3 (6,40%)	1 (2,12%)	0 (0%)	47 (100%)
FOLHA DE S. PAULO	12 (25%)	29 (60,41%)	7 (14,59%)	0 (0%)	0 (0%)	48 (100%)
O ESTADO DE S. PAULO	39 (35,45%)	50 (45,45%)	18 (16,39%)	1 (0,90%)	2 (1,81%)	110 (100%)
ATORES						
JORNAL	INICIATIVA PRIVADA	PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER JUDICIÁRIO	TOTAL ITENS
O GLOBO	2 (5,71%)	29 (82,85%)	3 (8,57%)	2 (2,87%)	0 (0%)	36 (100%)
FOLHA DE S. PAULO	2 (11,11%)	11 (61,11%)	5 (27,78%)	0 (0%)	0 (0%)	18 (100%)
O ESTADO DE S. PAULO	25 (35,22%)	35 (49,15%)	9 (13%)	1 (0,90%)	2 (1,81%)	72 (100%)

Tabela 1: mapa quantitativo de ocorrências por área (2001).

OCORRÊNCIAS DE ITENS JORNALÍSTICOS DIVIDIDOS POR ÁREA (2002)						
INSTITUIÇÕES						
JORNAL	INICIATIVA PRIVADA	PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER JUDICIÁRIO	TOTAL ITENS
O GLOBO	4 (30,76%)	7 (53,84%)	1 (7,70%)	1 (7,70%)	0 (0%)	13 (100%)
FOLHA DE S. PAULO	14 (50,01%)	10 (35,71%)	2 (7,14%)	2 (7,14%)	0 (0%)	28 (100%)
O ESTADO DE S. PAULO	9 (27,27%)	23 (69,69%)	1 (3,04%)	0 (0%)	0 (0%)	33 (100%)
ATORES						
JORNAL	INICIATIVA PRIVADA	PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER JUDICIÁRIO	TOTAL ITENS
O GLOBO	4 (36,36%)	6 (54,54%)	1 (4,55%)	1 (4,55%)	0 (0%)	11 (100%)
FOLHA DE S. PAULO	5 (38,46%)	4 (30,76%)	2 (15,39%)	2 (15,39%)	0 (0%)	13 (100%)
O ESTADO DE S. PAULO	4 (21,05%)	13 (68,42%)	10 (10,53%)	0 (0%)	0 (0%)	19 (100%)

Tabela 2: mapa quantitativo de ocorrências por área (2002).

Contextualização e síntese do conteúdo do *corpus*

Antes de o presidente Fernando Henrique Cardoso dar início aos planos Brasil em Ação (no âmbito do Plano Plurianual-PPA 1996-1999) e Avança Brasil (dentro do PPA 2000-2003), o País vivia o lapso de uma década sem que o governo brasileiro investisse maciçamente em geração e distribuição de energia e novas alternativas para a matriz energética brasileira (SOLNIK, 2001). Mesmo após a construção das hidrelétricas de Itaipu (binacional) e Tucuruí (nacional), o País passou a conviver com a ameaça de blecautes (popularmente chamados de apagões) e racionamentos de energia, problemas que tiveram seu auge entre 2000 e 2001 – reflexo de chuvas escassas no Brasil, reservatórios de usinas sem a capacidade mínima necessária de água e poucos investimentos no setor. Para Fernando Henrique, a melhor alternativa eram os projetos de construção de 13 hidrelétricas (quatro previstas no PPA 1996-1999 e nove no PPA



seguinte), a instalação de duas linhas de transmissão (PPA 1996-1999) e a implementação de dois novos sistemas de transmissão, além da duplicação do sistema Norte-Sul (PPA 2000-2003).

De acordo com a Eletrobrás (2009), o sistema elétrico brasileiro tem eficiência de 95%. No entanto, os 5% restantes representam uma janela para um problema que se estende regularmente desde a década de 1980. O sistema tem apresentado uma grande falha a cada 20 anos e blecautes em escala ainda maior: 1985, 1999, 2002 e 2009. No início dos anos 2000, estes problemas criaram uma onda de pânico em vários setores sociais por conta da ameaça constante de suspensão no fornecimento de energia elétrica, sobretudo para as regiões Sudeste e Nordeste, as mais populosas do País.

O conjunto de itens jornalísticos do *corpus* referente a 2001 é todo entremeadado por uma série de críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso e à crise gerada pelo blecaute no ano anterior, o que resultou no racionamento de energia. Os jornais internalizaram e reproduziram em suas páginas o que chamaram de “caos” da energia e “País” às escuras. No meio do bombardeio de opositores, FHC e sua equipe especial para administrar a crise no setor – o Comitê Gestor de Energia (CGE), comandado pelo ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente – tentavam acalmar a opinião pública com promessas de soluções que minimizassem os efeitos da política neoliberal no setor energético. Sobre as políticas públicas relacionadas à matriz energética brasileira, o governo federal aderiu à pressão da iniciativa privada – sobretudo do setor industrial – e defendeu a expansão de linhas de transmissão do Sistema Integrado Nacional (SIN) para o “escoamento” do excedente produzido pela usina hidrelétrica Tucuruí para o restante do País, no entanto, sem prejudicar o parque industrial instalado na Amazônia.

Enquanto a iniciativa privada anunciava “estratégias de guerra” para não diminuir a produção e criticava o atraso dos projetos hidrelétricos que ainda estavam no papel ou em andamento, o governo federal defendia a “solidariedade” dos estados do Norte durante o racionamento, para que economizassem energia em prol do restante do Brasil e colocava a ampliação já prevista para Tucuruí como medida imprescindível para salvar a nação do déficit na oferta de energia elétrica. Fortes grupos econômicos, com destaque para o setor industrial, cobraram projetos que explorassem o potencial hidrelétrico das caudalosas bacias da região amazônica.

Neste ano, a maior parte das ocorrências nos itens jornalísticos listados é voltada aos poderes executivo e legislativo, sobretudo o governo federal e instituições públicas ligadas diretamente às determinações de Fernando Henrique Cardoso – 74,46% em O



Globo; 60,41% na Folha de S. Paulo; e 45,45% no Estado de S. Paulo. Operador Nacional do Sistema (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Ministério de Minas e Energia (MME) e Eletronorte, além do Comitê Gestor de Energia, se apresentavam com o discurso amenizador da crise e com detalhes regulatórios antes e durante o racionamento. O ministro-chefe Pedro Parente e o presidente FHC foram os ícones do governo neste período. Segundo grupo com maior número de ocorrências, a iniciativa privada – 17,02% em O Globo; 25% na Folha de S. Paulo; e 35,45% no Estado de S. Paulo –, representada pelos presidentes e líderes de associações e das maiores empresas consumidoras de energia do País, criava o clima de pânico econômico e social, cobrando uma posição a curto prazo para o problema, colocando o potencial hídrico da região Amazônia como solução praticamente ignorada por FHC nos anos anteriores.

Em 2002, após o susto causado pela necessidade do pacote de racionamento, o governo de Fernando Henrique Cardoso começa a etapa de anúncio de uma série de licitações, concessões, licenças e investimentos bilonários para o setor energético: linhas de transmissão e construção de novas usinas hidrelétricas e termoeletricas, inclusive na Amazônia, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Apesar de os reservatórios do País terem ultrapassado o índice de segurança para o fornecimento de energia elétrica por conta das chuvas, nesta etapa do *corpus*, pesquisadores reiteram o discurso de que um novo apagão estaria próximo e o governo federal deveria tomar medidas urgentes para evitá-lo. Entre os defensores da expansão da fronteira energética para a Amazônia estavam os então pesquisadores do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ) Maurício Tolmasquim e Luiz Pinguelli Rosa. Neste ano, as instituições de pesquisa ampliam espaço no número de itens jornalísticos – 8,57% em o Globo; 27,78% na Folha de S. Paulo; e 13% no Estado de S. Paulo –, mas seguiram atrás da iniciativa privada e dos poderes Executivo e Legislativo.

À frente do discurso de superação da crise energética, Fernando Henrique Cardoso falava sobre uma nova era da matriz energética brasileira, com a ampliação do uso de fontes hidrelétricas, a vocação do País e da região amazônica. O presidente solicitou a intensificação dos estudos para a implementação da usina de Belo Monte, no rio Xingu: “Antes de deixar a presidência da República, faremos a licitação de Belo Monte. Não serei o presidente a acionar as máquinas, mas terei, se Deus permitir, o prazer de estar presente e de assistir”.



Mesmo com o anúncio das medidas para a contenção da crise energética, lideranças das maiores empresas brasileiras mantiveram a intensidade de críticas a Fernando Henrique Cardoso, cobrando maior velocidade para a implementação de projetos, ameaçando a construção de usinas próprias para boicotar concessionárias ligadas ao governo. O foco do discurso dos empresários, em grande parte das ocorrências representados pelos presidentes da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Horácio Lafer Piva, e Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), Eduardo Gouveia Vieira, era de que o País precisava explorar o potencial hídrico da Amazônia sob a possibilidade de colapso energético em curto prazo.

Identificação dos grupos de pressão

Patrício (1998, p. 22-31) reforça a diferenciação entre grupos de pressão e de interesse. O primeiro sempre age com interesses específicos, mas dependem de instrumentos governamentais e/ou de poder para alcançar seus objetivos. Estudiosos costumam dividir grupos de pressão em duas dicotomias: 1) público e privado – apesar de concentrarem instrumentos para tomada de decisões, os componentes do poder público também se organizam em grupos, como na disputa de governabilidade entre Executivo e Legislativo – e 2) econômicos e não econômicos. Neste trabalho, nos concentramos na ação isolada e interação de grupos políticos e grupos econômicos, com destaque para a utilização da mídia como instrumento de poder.

Entre as formas de pressão, ação e seus meios, os grupos agem de forma direta, a exemplo dos lobbies nos parlamentos; de forma indireta, com sabotagem, boicote e manejo de coisas; e interferindo na opinião pública, um importante instrumento de poder. Neste trabalho, analisamos de que forma os grupos de pressão identificados se apresentam no *corpus* de acordo com as ações indireta e a de interferência na opinião pública, relacionadas aos meios de comunicação. “Instrumento de pressão não somente do poder político-administrativo, os meios de comunicação servem também aos grupos privados, como os grupos econômicos, e os grupos de atividades mais variadas” (PATRÍCIO, 1998, p. 11).

A ação indireta de grupos de pressão utiliza a propaganda e os noticiários. Neste caso, ocorre a manipulação de conteúdos, censura ou simplesmente silenciamento de assuntos estratégicos. A pressão se dá ao longo de todo o processo de produção de conteúdo jornalístico, mas os jornais, por exemplo, também podem deixar suas marcas, desde que seja conveniente. A ação de interferência na opinião pública e complementar



e uma consequência da ação indireta. Estes mecanismos possibilitam a criação de uma “opinião matriz”: “A pressão pode ser feita através da informação e formação [...] que provoca a reação do público, formando uma opinião pública que [...] faz uma pressão sobre uma determinada questão (PATRÍCIO, 1998, p.30).

A análise dos itens jornalísticos ao longo de dois anos evidencia a constituição dos grupos de pressão formados por instituições e empresas da iniciativa privada que conseguem visibilidade. Entre 2001 e 2002, o grupo formado por FIESP, FIRJAN, Alcoa, Vale, Camargo Corrêa e Votorantim ataca o governo federal e cobra soluções a curto e longo prazo para a crise energética, construindo a opinião matriz de que a exploração do potencial hídrico da Amazônia foi negligenciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Antônio Ermírio de Moraes (presidente da Votorantim), Roger Agnelli (presidente da Vale), Horácio Lafer Piva (presidente da FIESP) e Eduardo Gouveia Vieira (presidente da FIRJAN) são os atores com maior porcentagem de ocorrências de fala na área iniciativa privada.

Instituições do setor energético e membros do Executivo de Fernando Henrique Cardoso se ocuparam, de acordo com as ocorrências de itens jornalísticos entre 2001 e 2002, na área poderes Executivo e Legislativo, em responder à crescente pressão do grupo formado por instituições privadas com medidas de prevenção a blecautes, a curto prazo, e da reestruturação do setor energético, a longo prazo. Executivo, ONS, ANEEL, Eletrobras, Eletronorte e MME fizeram parte de uma força-tarefa que anunciou a retomada da construção de hidrelétricas na Amazônia, com a chancela financeira do BNDES. FHC, em grande parte das ocorrências nos itens jornalísticos, se pronunciou para anunciar novos leilões, processos de licitação e emissão de licenças para empreendimentos. O ministro de Minas e Energia, José Jorge, e o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, colocaram a ampliação da usina de Tucuruí e a construção de novas linhas de transmissão como a solução mais rápida para a contenção da crise.

Gênese da vocação amazônica e a lógica do medo

O número de itens jornalísticos relacionados à matriz energética brasileira identificado nesta pesquisa reforça uma das características marcantes da mídia na cobertura de grandes temas: um *boom* de notícias que traz consigo uma série de consequências e tem o poder de influenciar a opinião pública. Na primeira parte da pesquisa nos jornais, foram selecionados, em 2001, ano do racionamento, 1.946 itens jornalísticos – em 2002, o número de itens caiu para 357. Os números, sobretudo em



2001, revelam a lógica do medo dos blecautes, da crise econômica eminente por conta de um colapso energético e da pressão do governo federal em busca de soluções. Este contexto é a gênese do discurso da Amazônia como fonte de recursos para manter o crescimento do País – no entanto, o combustível é o potencial hídrico da região.

Antes da crise energética de 2001, um *boom* semelhante na mídia brasileira havia ocorrido no período da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Cúpula da Terra, Rio-92 ou Eco-92. A mídia brasileira respondeu rápido à demanda por notícias do que acontecia no Rio de Janeiro. Diante do número insuficiente de jornalistas especializados, foram técnicos de diversas áreas que passaram a atuar como colunistas e articulistas de cadernos ou sessões especiais sobre a Eco-92 ou meio ambiente. Segundo Trigueiro (2003, p. 81-82), o evento modificou o funcionamento das redações. Nunca, em nenhum outro período da história, se falou tanto de meio ambiente, especialmente no Brasil. Uma verdadeira operação de guerra mudou a rotina das redações de todos os principais jornais.

Em 2001, a exemplo da Eco-92, O Globo, Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo ampliaram a cobertura da crise energética, setorizaram repórteres em diferentes instituições governamentais e setores do sistema produtivo. Reforçaram o conteúdo de cadernos especiais e séries de reportagens com a opinião de especialistas em energia. No entanto, este aparato não garantiu a discussão crítica do problema enfrentado pelo País, como veremos adiante. Um grande tema relacionado ao desenvolvimento do Brasil foi relegado ao filtro da economia – restrito aos cadernos e páginas e economia e finanças, o *locus* dos grupos de pressão –, de forma superficial e caracterizado pelo jornalismo de serviço, como se a questão energética se reduzisse ao público como um manual de sobrevivência nas grandes cidades diante de blecautes e em tempos de racionamento. Em 2002, apesar da redução dos itens jornalísticos para políticas públicas energéticas voltadas à Amazônia, o direcionamento do conteúdo foi o mesmo da avalanche de notícias.

Para Souza (2004), mídia e meio ambiente se encontram quando se evidencia a crise do modelo de desenvolvimento baseado na exploração sem limites dos recursos naturais; na consolidação do processo de industrialização de países emergentes, como o Brasil, marcados pelo crescimento urbano desordenado; e do fortalecimento de conglomerados de comunicação, voltados para a “materialização do círculo vicioso do lucro” e dos grupos de pressão políticos e econômicos. O autor exemplifica a análise

com uma leitura da cobertura da mídia brasileira sobre a crise energética e a ameaça do “apagão”, em 2001 e 2002, com três argumentos: a) o discurso da crise foi “comprado” pela mídia para mostrar, sem questionamentos, por meio de personagens que o racionamento e a exploração dos recursos hídricos da Amazônia eram a saída para o problema; b) não houve comentário, direto ou indireto, na grande mídia sobre as razões estruturais da crise, sobretudo da equivocada distribuição de energia elétrica no País após a privatização; c) limitou-se a crise como consequência de fatores climáticos, sobretudo a falta de chuva nas cabeceiras dos grandes rios.

Grandes “eventos” ou problemas sociais que envolvem a questão ambiental ou desenvolvimento revelam a natureza paradoxal da cobertura midiática no Brasil. Em 2001, os três jornais analisados mostram conteúdo reducionista ao tratar da questão energética. A superexposição de assuntos superficiais, no entanto, perdeu força quando o debate nacional exigia um nível mais qualificado, sobretudo após a amenização do pânico dos blecautes, em 2002, quando, em tese, se deveria discutir quais as soluções mais eficazes e sustentáveis para os problemas relacionados à matriz energética e à exploração dos recursos hídricos da Amazônia e seus impactos.

A análise do *corpus* deste trabalho mostra características semelhantes às considerações de Trigueiro (2003) sobre a cobertura midiática brasileira desde a realização da Eco-92. O autor discorre sobre as “armadilhas” embutidas nos produtos de jornais, revistas, rádios e grandes redes de televisão: a) um jargão que impede a clareza da informação; b) a natureza efêmera da notícia, com um *timing* geralmente inversamente proporcional ao das questões ambientais; c) e o reducionismo, superficialidade e banalização das informações, que reduzem o conceito de desenvolvimento à questão econômica.

Recorremos a Sodré (1981, p. 74) para mostrar as consequências sociais de uma “avalanche” promovida pela indústria da informação, que reflete a lógica do medo identificada na fala de diversos atores, em suas ocorrências em itens jornalísticos: “A multiplicidade dos fatos informativos não resulta no aperfeiçoamento do cidadão nem em seu conhecimento sobre o mundo. Quanto mais você é informado do inessencial, menos você sabe sobre si mesmo e mais você é controlado pela lógica do medo”.



Considerações finais

A mídia, como instituição capaz de oferecer fragmentos da realidade à opinião pública, mostra a lógica de teias de relacionamentos entre grupos de poder e, de acordo com a análise do *corpus* deste trabalho, reitera seus discursos. Não evidencia exatamente o que acontece no seio da sociedade, mas espelha com excelência a ação de atores que pertencem a grupos de pressão. A identificação das instituições privadas e dos sujeitos representantes do governo responsáveis por atender às demandas dos grupos de pressão reforça que a concentração dos meios de comunicação interfere na democracia brasileira porque a sociedade não consegue alcançar um mínimo de diversificação de conteúdos postos em circulação (LIMA, 2006). Assim, cria-se um mecanismo para que opiniões privadas sobre determinados temas se tornem opiniões públicas.

Nos dois anos englobados pelo *corpus* da pesquisa, instituições governamentais voltadas à questão energética e seus representantes acumularam um maior número de ocorrências nos itens jornalísticos, mas sempre sob a sombra dos grupos de pressão da iniciativa privada, cujos atores se pronunciavam de forma compassada, estratégica, como se inoculassem os seus discursos ao longo das reportagens, ao ponto de culminar em uníssono com os interesses do poder público: empreiteiras, grandes indústrias e governo caminham lado a lado para a implementação de políticas públicas.

Este trabalho contribui para a discussão das políticas públicas relacionadas à matriz energética brasileira e ao desenvolvimento da Amazônia porque considera a mídia como parte do sistema que interfere nessas políticas, por ser instrumento dos grupos de pressão para constranger os governos e reforçar o consenso em torno de posições políticas e econômicas dominantes.

A instrumentalização dos meios de comunicação como forma de influenciar a opinião pública – e consequentemente os governos – é tão potente quanto outra tradicional forma de pressão utilizado pela iniciativa privada: o financiamento de políticos do Executivo, bancadas do Legislativo e até na corrupção dos membros do Judiciário. Esta situação foi clara durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que teve seu capital político ferido por conta da crise energética. A análise de conteúdo mostra uma rápida mudança de FHC no rumo do planejamento elétrico do País em direção à região amazônica por conta da pressão de grupos da iniciativa privada. Assim, chegamos às seguintes conclusões: a) O conteúdo apresentado pelo *corpus* mostra a Amazônia como província energética, fonte de energia elétrica, fruto



da vocação para a área, por conta dos rios caudalosos, e necessária para o desenvolvimento econômico do Brasil; b) As políticas públicas para o setor energético retomam características dos grandes projetos na Amazônia porque, mesmo após três décadas de regime democrático, os empreendimentos ainda priorizam somente as dimensões econômica e política do desenvolvimento. As dimensões social e ambiental são tratadas como empecilhos ao crescimento do País e vozes dissonantes são silenciadas ou coagidas.

Referências bibliográficas

ARRETCHE, M. A agenda institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (S.l.), vol 22, n. 64, 2006, p. 143-151.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROSO, P. Grupos de pressão no Brasil. In: **Revista Jurídica UNIJUS**, Vol 3, n. 1, Uberaba, nov. 2000, p. 115-124.

BAUER, M; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BERMANN, C. A perspectiva da sociedade brasileira sobre a definição e implementação de uma política energética sustentável – uma avaliação da política oficial. In: Seminário internacional fontes alternativas de energia e eficiência energética – opção para uma política energética sustentável no Brasil (**Anais...**). Câmara dos Deputados, Brasília, jun. 2002.

BERQUÓ, E. **Bioestatística**. São Paulo: EPU, 1981.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BUARQUE, S. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CHARADEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

DUTRA, M. **A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...** Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), 2005.

EASTON, D. **A framework for political analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1964.

ELETROBRÁS. **SIPOT – Sistema de Informação do Potencial Hidrelétrico**, julho de 2009.

FEARNSIDE, P. As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases do efeito estufa. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, vol 12, n. 2, dez 2009, p. 5-56.

GARCIA, M. **Ocupação do território e impactos ambientais: o papel dos grandes projetos de eletrificação da Amazônia**. Dissertação de Mestrado. Niterói : [s.n.], 2006, mimeo.



HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

_____. O Espaço Público 30 anos depois. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, ano VII, n. 12, Rio de Janeiro, 1999.

HANSEN, A (Ed.). **The mass media and environmental issues**. Studies in communication and society (2. ed.). Leicester: Leicester University Press, 1994.

LIMA, V. **Mídia, crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MARCH, J.; e OLSEN, J. **Democratic governance**. New York: The Free Press, 1995.

MILLER, D.; WILLIAMS, K. Negotiating HIV/AIDS Information: Agendas, Media Strategies and the News. In: Glasgow University Media Group. **Getting The Message**: News, Truth and Power. London & New York: Routledge, 1993.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Matriz Energética Nacional 2030**. Brasília: MME/EPE, 2007a.

_____. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília: MME/EPE, 2007b.

PATRÍCIO, D. **Poder, grupos de pressão e meios de comunicação**. Blumenau: Ed. da FURB, 1998.

SAMUELS, D. Financiamento de campanhas no Brasil e proposta de reforma. In: SOARES, G; RENNO, L. (Orgs.). **Reforma política**: lições da história recente. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 133-153.

SEVÁ FILHO, A. (Org.). **Tenotã-Mõ**: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

SILVA E SILVA, M. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA E SILVA, M (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria & prática. São Paulo: Veras Editora, 2001, p. 37-93.

SODRÉ, M. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 74.

SOLNIK, A. **A guerra do apagão**. A crise de energia elétrica no Brasil. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

SOUZA, C. **Para pensar a relação Mídia – Meio ambiente**. Disponível em: <http://www.abjc.org.br/artigos/art_180404.htm>. Acesso em: 23 mar. 2004.

SOUZA, C. Políticas públicas: Uma revisão da Literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45.

TRIGUEIRO, A. Meio ambiente na idade mídia. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). **Meio Ambiente no Século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento (2. ed.). Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 75-89.